

12 - Quem são os Órgãos dirigentes?

Inspector-Geral e Inspector-Geral Adjunto

1. A IGJ é dirigida pelo Inspector-Geral, nomeado por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do membro do governo da tutela, mediante celebração de contrato de gestão.
2. O Inspector-Geral é coadjuvado por um Inspector-Geral Adjunto de Jogos, nomeado por despacho do membro do Governo da tutela, sob proposta do Inspector-Geral, mediante contrato de gestão.
3. O Inspector-Geral é substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Inspector-Geral Adjunto, podendo delegar nele a prática de actos da sua competência, nos termos da lei.

13 - Qual a sua estrutura Orgânica?

- Inspector Geral de Jogos (IG)
- Conselho Consultivo de Jogos (CCJ)
- Comissão para Apreciação de Projectos de Obras (CAPO)
- Núcleo de Inspeção
- Direcção de Planeamento, Orçamento e Gestão



Jogos de Fortuna ou Azar



Avenida Cidade de Lisboa Prédio BÔ CASA 2º DT C.P. 15
Praia Cabo Verde

1 - Quais são as legislações existentes para a regulação da actividade do Jogo de Fortuna ou Azar?

- Lei 62/VII/2010 de 31 de Maio- Lei Quadro
- Decreto Lei n.º 71/2005 de 7 de Novembro- Regulamenta o funcionamento dos Casinos e salas de Jogos;
- Decreto Lei n.º 72/2005 de 07 de Novembro- Regulamenta os procedimentos para atribuição de Concessões e de Licenças especiais de Jogos de Fortuna ou Azar;
- Decreto Lei n.º 73/2005 de 07 de Novembro que regulamenta as modalidades afins de Jogo de Fortuna ou Azar.

2 - O que é Jogo de Fortuna ou Azar?

"**Jogos de fortuna ou azar**", aqueles cujos resultados são contingentes por dependerem exclusiva ou fundamentalmente da sorte.

3 - Onde se pode praticar Jogos de Fortuna ou Azar?

- O Jogo de Fortuna ou Azar só pode ser praticado em Salas de Jogos inseridas em Hotéis de 4 ou mais estrelas, e em Salas de jogos inseridas em Casinos, dentro das Zonas de Jogos.
- A título excepcional, pode ser objecto de concessão a exploração de jogos de fortuna ou azar em salas de jogos inseridas em empreendimentos turísticos com classificação igual ou superior a quatro estrelas situados fora das zonas de jogo, com natureza meramente complementar em relação à actividade principal e apenas para os clientes hospedados.

4 - Que tipo de zonas de jogos existe em Cabo Verde?

- Permanentes;
- Temporárias, a criar por Decreto Lei do Governo;

5 - As zonas de Jogos Permanentes são:

- Santiago;
- S.Vicente;
- Sal;
- Boavista, e
- Maio.

6 - Qual o procedimento para a instalação de Salas de Jogos?

A instalação de Salas de Jogos é precedida de concurso público, que leva à adjudicação via contrato de concessão de exploração, por tempo a definir no Decreto Regulamentar que lança o concurso, ou no contrato.



7 - Quem pode concorrer?

Podem propor-se à adjudicação de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar apenas sociedades anónimas constituídas em Cabo Verde.

As proponentes à adjudicação de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar devem ter como exclusivo objecto social a exploração de jogos de fortuna ou azar.

8 - Quais são as obrigações das Concessionárias?

- a) Pagamento de um prémio pela concessão que varia entre os 20.000.000\$00, e os 264.000.000\$00.
- b) Pagamento do imposto especial do jogo de 10% da receita bruta arrecadada, mensalmente;
- c) Contribuição nas despesas de funcionamento da IGJ.
- d) Outras obrigações de ordem social, cultural, turística, etc, a determinar no contrato de concessão.

9 - Crimes de Jogo.

- Quem, por qualquer forma, fizer a exploração de jogos de fortuna ou azar fora dos locais legalmente autorizados é punido com prisão até três anos ou multa até duzentos dias.
- Quem, sem autorização do serviço de inspecção de jogos, fabricar, publicitar, importar, transportar, transaccionar, expuser ou divulgar material e utensílios que sejam caracterizadamente destinados à prática dos jogos de fortuna ou azar, é punido com prisão até dois anos ou multa até duzentos dias.

10 - O Que é a IGJ?

A Inspecção Geral de Jogos é um Serviço Central de inspecção e controlo da actividade de jogos, dotado de autonomia, funcional. Administrativa e financeira, dependente do membro do Governo da tutela.

11 - Quais são as funções da IGJ?:

- Apoiar tecnicamente, em matéria de jogo, o membro do Governo da tutela;
- Inspeccionar todas as actividades de exploração e prática de jogos de fortuna ou azar, fazendo respeitar as disposições legais e as cláusulas contratuais aplicáveis;
- Superintender tudo o que respeite ao estudo, preparação e execução dos contratos de concessão para exploração dos jogos de fortuna ou azar, bem como à respectiva inspecção e fi scalização;
- Cooperar na fi scalização das modalidades afi ns dos jogos de fortuna ou azar, sem prejuízo dos poderes fi scalizadores próprios das autoridades policiais;
- Fiscalizar a aposta mútua, quando não esteja por lei submetida à orientação e inspecção de outra entidade;
- Sugerir e adoptar providências e instruções tendentes à conceptualização e à regulamentação de quaisquer jogos lícitos;
- Sugerir e adoptar providências tendentes à prevenção e à repressão dos jogos ilícitos;
- Fiscalizar a contabilidade e a escrita comercial das empresas concessionárias de jogos de fortuna ou azar ou de outras entidades que sejam autorizadas a explorar o jogo e, bem assim, apreciar a respectiva situação económica e fi nanceira;
- Promover inquéritos, sindicâncias ou averiguações aos serviços, empregados ou agentes das salas de jogos das empresas exploradoras de jogos, bem como instaurar ou mandar instaurar os consequentes processos a que as infracções dêem lugar;
- Exercer os poderes que lhe forem conferidos, incluindo a aplicação das penalidades pelas infracções previstas na legislação que disciplina a exploração e prática dos jogos de fortuna ou azar;
- Dar parecer técnico sobre estudos e projectos elaborados por outras entidades, relacionados com a exploração do jogo;
- Formular propostas para adopção de medidas relativas ao regime tributário sobre o jogo, para seu aperfeiçoamento, permanente actualização e distribuição das receitas respectivas;
- Expedir as instruções genéricas necessárias e vinculativas destinadas ao cumprimento da lei e dos contratos e ao bom desempenho das funções referidas nas alíneas anteriores;
- Desempenhar quaisquer outras funções ou serviços impostos por lei ou despacho governamental, submetendo a despacho do membro do Governo da tutela todas as matérias que dele careçam; e
- Participar na elaboração dos planos de obras dos casinos e salas de jogo, bem como de obras de interesse público relacionadas com a exploração de jogos de fortuna ou azar.